

O MARECHAL HERMES RODRIGUES DA FONSECA  
PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Faço saber aos que a presente Carta de ratificação virem que entre os Estados Unidos do Brasil e a Bolivia, pelos respectivos Plenipotenciarios, foi concluido e assignado na cidade do Rio de Janeiro, aos doze dias do mez de Agosto de mil novecentos e dez, o Tratado de Commercio e Navegação Fluvial do teor seguinte:

**Tratado de Commercio e Navegação Fluvial entre os Estados Unidos do Brasil e a Bolivia.**

A Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Republica de Bolivia, animadas sempre do desejo de estreitar cada vez mais as suas relações de amizade e de facilitar o desenvolvimento do seu intercambio commercial, concordaram na celebração de um Tratado de Commercio e Navegação Fluvial, em cumprimento do estipulado nos artigos quinto e sexto do Tratado de Petropolis, de 17 de Novembro de 1903.

E, para esse fim, nomearam Plenipotenciarios a saber:

O Presidente dos Estados Unidos do Brasil, os Senhores Dr. José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores e Dr. Leopoldo de Bulhões, Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda; e

O Presidente da Republica de Bolivia, o Senhor Dr. Claudio Pinilla, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario no Brasil;

Os quaes, depois de have-

**Tratado de Comercio y Navegación Fluvial entre Bolivia y los Estados Unidos del Brasil.**

La República de Bolivia y la República de los Estados Unidos del Brasil, animadas siempre del deseo de estrechar cada vez más sus relaciones de amistad y de facilitar el desenvolvimiento de su intercambio comercial, convinieron en la celebración de un Tratado de Comercio y Navegación Fluvial, en cumplimiento de lo estipulado en los artículos quinto y sexto del Tratado de Petrópolis, de 17 de Noviembre de 1903.

Y, para ese fin, nombraron Plenipotenciarios á saber:

El Presidente de la República de Bolivia, al Señor Doctor Claudio Pinilla, su Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en el Brasil; e

El Presidente de los Estados Unidos del Brasil, á los Señores Doctor José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores, e Doctor Leopoldo de Bulhões, Ministro de Estado en el ramo de Hacienda;

Quienes, después de haber

fêm trocado os seus plenos poderes, que acharam em boa e devida fórma, convieram nos artigos seguintes:

canjeado sus plenos poderes que hallaron en buena y debida forma, convinieron en los artículos siguientes:

ARTIGO 1.º

ARTICULO 1.º

Os Estados Unidos do Brasil e a Republica de Bolivia, perseverando no sincero proposito de dar todas as possivis facilidades e garantias ao principio da mais ampla liberdade de transito terrestre e fluvial para cada uma das duas nações no territorio da outra, direito esse, de livre transito, que as Altas Partes Contractantes se reconheceram perpetuamente pelo artigo quinto do Tratado de 17 de Novembro de 1903, concordam em declarar isento de qualquer imposto, nacional, estadual e municipal, o transito de pessoas, bagagens e mercadorias, respeitadas os regulamentos fiscaes e de policia actualmente vigentes ou que para o futuro forem expedidos, desde que se não opponham á amplitude reciprocamente reconhecida.

La República de Bolivia y los Estados Unidos del Brasil, perseverando en el sincero propósito de dar todas las facilidades y garantias posibles al principio de la más amplia libertad de tránsito terrestre y fluvial para cada una de las dos naciones en el territorio de la otra, derecho ese, de libre tránsito, que las Altas Partes Contratantes se reconocieron á perpetuidad en el artículo quinto del Tratado de 17 de Noviembre de 1903, convienen en declarar exento de todo y cualquier impuesto, nacional, estadual y municipal, el tránsito de personas, equipajes y mercaderias, respetando los reglamentos fiscales y de policia, actualmente vigentes ó que en adelante se dictaren, siempre que no se opongan á la amplitud reciprocamente reconocida.

ARTIGO 2.º

ARTICULO 2.º

Em consequencia do principio estatuido no citado artigo quinto do Tratado de 17 de Novembro de 1903, os navios mercantes de toda as nações poderão navegar livremente não só pelo rio Paraguay, entre a fronteira do Brasil e da Bolivia ao sul de Coimbra, e o porto brasileiro de Corumbá, como navegam actualmente, mas também pelo canal Tamengo e lagôa de Cáceres, entre Corumbá e o porto boliviano de Guachalla, situada na mesma lagôa.

En consecuencia del principio estatuido en el citado artículo quinto del Tratado de 17 de Noviembre de 1903, los navios mercantes de todas las naciones podrán navegar libremente no sólo por el río Paraguay, entre la frontera de Bolivia y el Brasil al sud de Coimbra y el puerto brasileiro de Corumbá, como en la actualidad, sino también por el canal Tamengo y la laguna de Cáceres, entre Corumbá y el puerto boliviano Guachalla, situado en la misma laguna.

ARTIGO 3.º

ARTICULO 3.º

Em virtude do mesmo principio, é livre para as embarcações brasileiras e bolivianas a navegação dos rios, lagôas e canaes reconhecidos communs para o Brasil e para

En virtud del mismo principio, es libre para las embarcaciones bolivianas y brasileiras la navegación de los ríos, lagos y canales reconocidos comunes para Bolivia y el Bra-

il Bolivia pelo referido Tratado de 17 de Novembro de 1903; e para os bolivianos é livre o accesso aos portos do paiz ou a sahida d'elles para o oceano pelas aguas fluvias que são do exclusivo dominio do Brasil.

sil por el referido Tratado de 17 de Noviembre de 1903; y para los bolivianos es libre el acceso á los puertos de su país ó la salida de ellos para el océano por las aguas fluviales que son de exclusivo dominio del Brasil.

ARTIGO 4.º

ARTICULO 4.º

No exercicio do direito affirmado nos artigos precedentes, poderão embarcações mercantes bolivianas transitar livremente pelas aguas brasileiras do rio Paraguay desde Corumbá até as lagoas Mandioré, Gabyba e Uberaba logo que, mediante aviso prévio de seis mezes, a Bolivia estabeleça em qualquer d'essas lagoas postos aduaneiros a que corresponderão immediatamente outros tantos postos fiscaes brasileiros.

En ejercicio del derecho afirmado en los artículos precedentes, podrán las embarcaciones mercantes bolivianas transitar libremente por las aguas brasileras del río Paraguay, desde Corumbá hasta las lagunas Mandioré, Gabyba y Uberaba, tan pronto que, mediante aviso previo de seis meses, Bolivia establezca en cualquiera de esas lagunas puestos aduaneros á que correspondrán luego otros tantos puestos fiscaes brasileros.

ARTIGO 5.º

ARTICULO 5.º

Na liberdade de navegação estipulada no presente Tratado e no de 17 de Novembro de 1903 se não comprehende o commercio de cabotagem ou de porto a porto do mesmo paiz, commercio esse que continuará sujeito em cada um dos dois Estados ás suas respectivas leis.

En la libertad de navegación estipulada en el presente Tratado y en el de 17 de Noviembre de 1903, no se comprende el comercio de cabotaje ó de puerto á puerto del mismo país, comercio ese que continuará sujeto en cada uno de los dos Estados á sus respectivas leyes.

ARTIGO 6.º

ARTICULO 6.º

As embarcações brasileiras e bolivianas ficarão sujeitas aos regulamentos fiscaes e de policia estabelecidos ou que se estabelecerem por cada uma das duas Republicas dentro dos seus limites territoriales. Esses regulamentos serão tão favoraveis quanto seja possivel ao commercio e á navegação e guardarão nos dois paizes a praticavel uniformidade.

Las embarcaciones bolivianas y brasileras quedarán sujetas á los reglamentos fiscales y de policia establecidos ó que se establecieren por cada una de las dos Republicas dentro de sus limites territoriales.

Esos reglamentos serán tan favorables cuanto sea posible al comercio y á la navegación y guardarán en los dos países la practicable uniformidad.

ARTIGO 7.º

ARTICULO 7.º

Nos portos do Brasil, serão consideradas bolivianas, e nos da Bolivia, serão consideradas brasileiras as embarcações que

En los puertos de Bolivia, serán consideradas brasileras, y en los del Brasil, serán consideradas bolivianas las em-



forem possuídas e tripuladas segundo as leis do paiz a que pertencam.

## ARTIGO 8°.

Não se cobrará imposto algum sobre as mercadorias em transitio pelos rios Amazonas, Madeira e Paraguay, da Bolivia ou para a Bolivia, em navios de qualquer nacionalidade, e pelos outros rios a que se refere o presente Tratado, em navios brasileiros ou bolivianos, ainda que seja necessaria a baldeação de taes mercadorias de um embarcação para outra nos portos alfandegados dos dois paizes ou a sua passagem para os entrepostos ou depositos fluviaes e terrestres a fim de esperar outro navio.

Neste ultimo caso, serão cobrados os direitos de capatazia e armazenagem, conforme a legislação de cada paiz.

## ARTIGO 9°.

Os volumes contendo mercadorias em transitio não serão abertos pelas autoridades aduaneiras dos portos intermedios.

## ARTIGO 10°.

Salvo o uso do papel sellado ou do selo de estampilhas, não se cobrará direito algum pela documentação relativa ao despacho de transitio da mercadoria armazenada.

## ARTIGO 11°.

Em logar dos antigos direitos denominados de pharol e balizas, em beneficio da navegação, o Brasil e a Bolivia cobrarão, nos seus portos fluviaes, o direito unico de tonelagem sobre a capacidade total da embarcação.

O dito imposto de tonelagem só gravará as embarcações que descarregarem ou carregarem nesses portos, exceptuadas as que o fizerem por motivo de força maior.

barcações que fueren possuídas e tripuladas según las leyes del país á que pertenecan.

## ARTICULO 8°.

No se cobrará impuesto alguno sobre las mercaderias en tránsito por los rios Amazonas, Madera y Paraguay, de Bolivia ó para Bolivia, en navios de cualquiera nacionalidad, y por los otros rios á que se refiere el presente Tratado, en navios bolivianos ó brasileiros, aunque sea necesario el trahordo de tales mercaderias de una embarcación á otra en los puertos aduaneros de los dos países ó su pasaje para los puertos intermedios ó depositos fluviaes y terrestres con el fin de esperar otro navio.

En este último caso, se cobrarán los derechos de peonaje y almacenaje, conforme á la legislación de cada país.

## ARTICULO 9°.

Los volúmenes que contengan mercaderías en tránsito no serán abiertos por las autoridades aduaneras de los puertos intermedios.

## ARTICULO 10°.

Salvo el uso de papel sellado ó de timbres, no se cobrará derecho alguno por la documentación relativa al despacho de tránsito de la mercadería almacenada.

## ARTICULO 11°.

En reemplazo de los antiguos derechos denominados de faro y balizas, en beneficio de la navegación, Bolivia y el Brasil cobrarán en sus puertos fluviaes el derecho único de tonelaje sobre la capacidad total de la embarcación.

Dicho impuesto de tonelaje sólo gravará las embarcaciones que descargaren ó cargaren en esos puertos, excepto las que lo hicieren por motivo de fuerza mayor.

## ARTIGO 12°.

O direito de tonelagem será no máximo:

De 16 mil réis no Brasil, e 12 bolivianos e meio na Bolivia, para os navios de 30 a 150 toneladas;

De 32 mil réis no Brasil, e 25 bolivianos na Bolivia, para os navios de mais de 150 até 200 toneladas;

De 48 mil réis no Brasil, e 37 bolivianos e meio na Bolivia, para os navios de mais de 200 até 400 toneladas;

De 64 mil réis no Brasil, e 50 bolivianos na Bolivia, para os navios de mais de 400 até 700 toneladas; e

De 80 mil réis no Brasil, e 62 bolivianos e meio na Bolivia, para os navios de mais de 700 toneladas.

## ARTIGO 13°.

São isentos do pagamento do direito de tonelagem:

I — Os navios e transportes de guerra, desde que não sejam aproveitados para transporte de mercadorias;

II — Os navios mercantes que medirem menos de 30 toneladas;

III — As embarcações que viajem por motivo official ou puramente scientifico, e as de recreio;

IV — Os navios que em caso de força maior arribem, desde que saíam com o mesmo carregamento de transitio, ou quando este haja sido baldeado, e seguido para o seu destino.

## ARTIGO 14°.

A' excepção dos direitos de capatazias e armazenagem, no caso do artigo oitavo, e dos direitos de papel sellado ou de selo de estampilhas, mencionados no artigo decimo, o transitio, assim fluvial como terrestre, não poderá ser gra-

## ARTICULO 12°.

El máximo del derecho de tonelaje será:

De 12 bolivianos cincuenta centavos en Bolivia, y de 16 mil réis en el Brasil, para los navios de 30 á 150 toneladas;

De 25 bolivianos en Bolivia, y de 32 mil réis en el Brasil, para los navios de más de 150 hasta 200 toneladas;

De 37 bolivianos cincuenta centavos en Bolivia, y de 48 mil réis en el Brasil, para los navios de más de 200 hasta 400 toneladas;

De 50 bolivianos en Bolivia, y de 64 mil réis en el Brasil, para los navios de más de 400 hasta 700 toneladas; y

De 62 bolivianos cincuenta centavos en Bolivia, y de 80 mil réis en el Brasil, para los navios de más de 700 toneladas.

## ARTICULO 13°.

Están exentos del pago de derecho de tonelaje:

I — Los navios y transportes de guerra, siempre que no sean aprovechados para transporte de mercaderías;

II — Los navios mercantes que midan menos de 30 toneladas;

III — Las embarcaciones que viajen por motivo official ó puramente científico, y las de recreo;

IV — Los navios que arribaren en caso de fuerza mayor, siempre que salgan con el mismo cargamento de tránsito ó cuando este haya sido trahordado y siga para su destino.

## ARTICULO 14°.

A' excepción de los derechos de peonaje y almacenaje, en el caso del artículo octavo, y de los derechos de papel sellado ó de timbres, mencionados en el artículo décimo, el tránsito, así fluvial como terrestre, no podrá ser gravado, directa ó



vado, directa ou indirectamente, com imposto algum, seja qual for a sua denominação ou objecto.

## ARTIGO 15°.

Não haverá nacionalisação de mercadorias. Consequentemente, as de procedencia estrangeira que do Brasil forem exportadas para a Bolivia, ou de Bolivia para o Brasil pagarão em ambos os paizes os direitos respectivos.

## ARTIGO 16°.

I — As embarcações e transportes de guerra de Bolivia poderão navegar livremente:

Em Matto Grosso: pelas aguas brasileiras das lagoas de Cáceres, Mandioré, Gahyba e Uberaba; pelos canaes entre essas lagoas e a margem direita do rio Paraguay; pelo canal Pedro Segundo ou rio Pando, entre as lagoas Gahyba e Uberaba; e pelo rio Paraguay, desde a fronteira do Brasil com a Republica do Paraguay, na confluencia do Apa, até a lagoa Uberaba;

Na bacia do Amazonas: em todo o curso brasileiro desse rio principal e seus afluentes abertos á navegação estrangeira, e tambem no rio Purús desde a sua confluencia até a do Acre e em toda a extensão do rio Acre e igarapé Bahia.

II — As embarcações e transportes de guerra do Brasil poderão navegar livremente pelas aguas bolivianas da Bahia Negra, das lagoas de Cáceres, Mandioré, Gahyba e Uberaba, e pelo canal Pedro Segundo ou rio Pando.

III — Nos rios navegaveis de fronteira, isto é, no rio Verde, no Guaporé, Mamoré, Abunan, Rapirran, Alto Acre e igarapé Bahia, sempre que uma das Altas Partes Contratantes entenda manter lanchas ou outras embarca-

ções armadas em guerra, ou fazel-os visitar por embarcações armadas em guerra, informará por nota á outra parte, dando-lhe noticia exacta sobre o numero e força d'essas embarcações.

## ARTICULO 15°.

No habrá nacionalización de mercaderías. Por conseguinte, las de procedencia extranjera que de Bolivia fueren exportadas para el Brasil, ó del Brasil para Bolivia, pagarán en ambos países los derechos respectivos.

## ARTICULO 16°.

I — Las embarcaciones y transportes de guerra de Bolivia podrán navegar libremente:

En Matto Grosso: por las aguas brasileras de las lagunas de Cáceres, Mandioré, Gahyba e Uberaba; por los canales entre esas lagunas y la margen derecha del rio Paraguay; por el canal Pedro Segundo ó rio Pando, entre las lagunas Gahyba y Uberaba; y por el rio Paraguay, desde la frontera del Brasil con la República del Paraguay, en la confluencia del Apa, hasta la laguna Uberaba;

En la hoya del Amazonas: en todo el curso brasilero de ese rio principal y sus afluentes abiertos á la navegación extranjera y también en el rio Purús desde su confluencia hasta la del Acre y en toda la extensión del rio Acre y el arroyo de Bahia.

II — Las embarcaciones y transportes de guerra del Brasil podrán navegar libremente por las aguas bolivianas de Bahia Negra, de las lagunas de Cáceres, Mandioré, Gahyba y Uberaba, y por el canal Pedro Segundo ó rio Pando.

III — En los rios navegables fronterizos, esto es, en el rio Verde, en el Guaporé, Mamoré, Abuná, Rapirrán, Alto Acre y arroyo de Bahia, siempre que una de las Altas Partes Contratantes quiera mantener lanchas ú otras embar-

cações armadas em guerra, ou fazel-os visitar por embarcações armadas em guerra, informará por nota á outra parte, dando-lhe noticia exacta sobre o numero e força d'essas embarcações.

IV — As duas Altas Partes Contratantes reservam-se a facultade de limitar, de comum accordo, o numero dos navios de guerra que hajam de navegar pelas aguas da sua respectiva jurisdicção.

V — Os navios e transportes de guerra que receberem ou conduzirem temporariamente artigos para uso mercantil ficarão sujeitos aos regulamentos fiscaes e de policia no paiz de transitio.

## ARTIGO 17°.

O Brasil e a Bolivia gozarão dos demais direitos e franquicias que, no tocante ao commercio e navegação fluvial, cada um d'elles haja reconhecido ou concedido, ou venha a reconhecer e conceder aos outros Estados que sejam ou se considerem ribeirinhos do Amazonas e seus afluentes, assim como do Paraguay e seus tributarios.

## ARTIGO 18°.

Conforme o estipulado no artigo sexto do Tratado de 17 de Novembro de 1903, e para o despacho em transitio de artigos de importação e exportação, o Brasil poderá manter agentes aduaneiros nas alfandegas bolivianas de Puerto Guachalla (lagoa de Cáceres), Villa Bella (Beni), Abunan (no rio do mesmo nome), Cobia (igarapé Bahia), ou em qualquer outro posto aduaneiro ou fiscal que a Bolivia estabeleça na fronteira comum ou nas proximidades da mesma.

Reciprocamente, a Bolivia poderá manter agentes aduaneiros junto ás alfandegas de Belém do Pará, Manáos e Corumbá e junto a quaesquer

cações armadas em guerra, ou fazel-os visitar por embarcações armadas em guerra, informará por escrito á la otra Parte, dándole noticia exacta sobre el número y fuerza de esas embarcaciones.

IV — Las dos Altas Partes Contratantes se reservan la facultad de limitar, de común acuerdo, el número de navios de guerra que hayan de navegar por las aguas de su respectiva jurisdicción.

V — Los navios y transportes de guerra que recibieren ó condujeren temporalmente artículos para uso mercantil, quedarán sujetos á los reglamentos fiscaes y de policia del país de tránsito.

## ARTICULO 17°.

Bolivia y el Brasil gozarán de los demás derechos y franquicias que en cuanto al comercio y navegación fluvial cada uno de ellos haya reconocido ó concedido, ó reconociere y concediere á los otros Estados que sean ó se consideren ribereños del Amazonas y sus afluentes, así como del Paraguay y sus tributarios.

## ARTICULO 18°.

Conforme á lo estipulado en el artículo sexto del Tratado de 17 de Noviembre de 1903, y para el despacho en tránsito de artículos de importación y exportación, Bolivia podrá mantener agentes aduaneros junto á las aduanas de Belém del Pará, Manáos y Corumbá y junto á cualesquiera otros puestos aduaneros ó fiscales, como el de Santo Antonio (Bija Madera), que el Brasil establezca en el Madera y Mamoré, ó en otros ríos y lugares de la frontera común y sus proximidades.

Reciprocamente, el Brasil podrá mantener agentes aduaneros en las aduanas bolivianas de Puerto Guachalla (laguna de Cáceres), Villa Bella



Alfândegas e postos alfandegados ou fiscaes, como o do Santo Antonio (rio Madeira), que o Brasil estabeleça no Madeira e no Mamoré, ou em outros rios e logares da fronteira commum e suas proximidades.

## ARTIGO 19.

As mercadorias em transitio, procedentes da Bolivia ou destinadas a Bolivia que não forem baldeadas logo para outra embarcação que se dirija ao porto de destino, serão passadas para os armazens da alfandega brasileira ou para alvarengas e depositos fluctuantes da mesma, isentas de todo direito de transitio, como está declarado no artigo oitavo do presente Tratado.

## ARTIGO 20

Para que continue o transitio das mercadorias procedentes da Bolivia ou destinadas a mesma Republica, nas alfandegas do Pará e Manáos, o consignatario ou agente apresentará uma relação especificada dos volumes depositados. A relação mencionará os números, marcas, contra-marcas, peso bruto, capacidade e conteúdo dos volumes. Os volumes subdivididos, terão as mesmas marcas, contra-marcas e números dos principaes com o acrescimo de uma letra correlativa do alphabeto.

## ARTIGO 21.

Preenchidas as formalidades do artigo anterior, e firmado pelo consignatario, agente ou expedidor das mercadorias ou lanchas em transitio um documento de caução ou fiança em garantia dos respectivos direitos fiscaes, para o caso de que as mercadorias despachadas não cheguem ao destino designado, dar-se-á a saída dos armazens em que estiverem depositadas.

(Beni), Abuná (em o rio del mismo nombre), Cobjia (arroyo de Bahía), ó en cualquier otro puesto aduanero ó fiscal que Bolivia establezca en la frontera común ó en las proximidades de la misma.

## ARTICULO 19.

Las mercaderías en tránsito, procedentes de Bolivia ó destinadas a Bolivia, que no fuesen trasbordadas luego para otra embarcación que se dirija al puerto de destino, serán pasadas a los almacenes de la aduana brasilera ó a las alvarengas ó depósitos flotantes de la misma, exentas de todo derecho de tránsito, como está declarado en el artículo octavo del presente Tratado.

## ARTICULO 20.

Para que continúe el tránsito de las mercaderías procedentes de Bolivia ó destinadas a la misma República, en las aduanas del Pará y Manáos, el consignatario ó agente presentará una relación especificada de los volúmenes depositados. La relación mencionará los números, marcas, contramarcas, peso bruto, capacidad y contenido de los volúmenes. Los volúmenes subdivididos tendrán las mismas marcas, contramarcas y números de los principales, agregándoles una letra correlativa del alphabeto.

## ARTICULO 21.

Llenadas las formalidades del artículo anterior, y firmado por el consignatario, agente ó expedidor de las mercaderías ó lanchas en tránsito un documento de caución ó fianza en garantía de los respectivos derechos fiscaes, para el caso de que las mercaderías despachadas no lleguen al destino señalado, se les dará salida de los almacenes en que estuvieren depositadas.

A responsabilidade ou fiança do despachante será cancelada á vista do certificado da alfandega a que se destina a mercaderia. Esse certificado será legalisado pela autoridade consular respectiva.

Para o effeito do cancelamento, será indicado no mesmo documento de compromisso ou fiança o prazo equitativo dentro do qual será exhibida a prova de haverem chegado ao seu destino as mercadorias despachadas em transitio.

## ARTIGO 22

As embarcações empregadas no commercio de transitio conduzirão empregados fiscaes de ambas as Partes Contractantes, segundo as exigencias do serviço aduaneiro, para que verifiquem o destino das mercadorias.

## ARTIGO 23.

Na exportação directa de productos naturais e manufacturados que da Bolivia se fizer pelo Atlantico, serão observadas as regras estipuladas nos artigos anteriores sobre os documentos comprovativos, da sua procedencia, sómente para a baldeação d'esses productos a barcos destinados a tal fim ou para o deposito dos mesmos productos em armazens especiaes, nos portos brasileiros de transitio.

## ARTIGO 24.

Para que continue o transitio das mercadorias e productos de exportação contemplados no artigo anterior, o consignatario promoverá o despacho de sahida de accordo com as respectivas guias aduaneiras e os manifestos de carga.

## ARTIGO 25.

As alfandegas se remetterão uma relação das mercadorias

La responsabilidad ó fianza del despachante será cancelada en vista del certificado de la aduana á que se destina la mercadería. Ese certificado será legalizado por la autoridad consular respectiva.

Para el efecto de la cancelación, se indicará en el mismo documento de compromiso ó fianza el plazo equitativo dentro del cual será exhibida la prueba de haber llegado a su destino las mercaderías despachadas en tránsito.

## ARTICULO 22.

Las embarcaciones empleadas en el comercio de tránsito conducirán empleados fiscaes de ambas Partes Contratantes, según las exigencias del servicio aduanero, para que verifiquen el destino de las mercaderías.

## ARTICULO 23.

En la exportación directa de productos naturales y manufacturados que de Bolivia se hiciere por el Atlántico, se observarán las reglas estipuladas en los artículos anteriores sobre los documentos probatorios de su procedencia, solamente para el trasbordo de esos productos a barcos destinados a tal fin ó para el depósito de los mismos productos en almacenes especiaes en los puertos brasileiros de tránsito.

## ARTICULO 24.

Para que continúe el tránsito de las mercaderías y productos de exportación contemplados en el artículo anterior, el consignatario promoverá el despacho de salida de acuerdo con las respectivas guias aduaneiras y los manifestos de carga.

## ARTICULO 25.

Las aduanas se remitirán una relación de las mercaderías



em transitio, além do manifesto que se costuma enviar.

rias em transitio, además del manifesto que se acostumbra enviar.

ARTIGO 26º.

ARTICULO 26º.

Para o transitio de mercadorias pela via do Madeira, o reconhecimento e o despacho se farão na alfandega que fór estabelecida em Porto Velho ou em outro lugar, quando a ferro-via Madeira-Mamoré tenha sido entregue ao trafego publico em toda a sua extensão, ou em parte, como já o está agora. Até então, o despacho e a baldeação obrigatoria que soffrem naquella região as mercadorias, da ou para a Bolivia, poderão continuar a verificar-se em Santo Antonio, observando-se o procedimento indicado nos artigos anteriores.

Para el transitio de mercaderias por la via del Madera, el reconocimiento y el despacho se harán en la aduana que sea establecida en Porto Velho ú otro lugar, cuando el ferrocarril Madera-Mamoré haya sido entregado al tráfico publico en toda su extensión ó en parte, como ya lo está ahora. Hasta entonces, el despacho y el trasbordo obligatorio que sufren en aquella región las mercaderias, de ó para Bolivia, podrán continuar verificándose en Santo Antonio, observándose el procedimiento indicado en los artículos anteriores.

ARTIGO 27º.

ARTICULO 27º.

Depois que a ferro-via Madeira-Mamoré estiver entregue ao trafego, a autoridade fiscal brasileira e o agente aduaneiro de Bolivia diligenciarão para que os volumes destinados á Bolivia sejam immediatamente carregados nos wagões de carga da ferro-via, sem outra formalidade além da verificação exterior dos volumes praticada pelos empregados da alfandega brasileira.

Después de que el ferrocarril Madera-Mamoré haya sido entregado al servicio publico, el agente aduanero de Bolivia y la autoridad fiscal brasileira diligenciarán para que los volúmenes destinados á Bolivia sean inmediatamente cargados en los wagones de carga del ferrocarril, sin otra formalidad que el reconocimiento exterior de los volúmenes practicado por los empleados de la aduana brasileira.

Se por qualquer motivo a ferro-via não puder realizar o transporte immediato, os volumes serão depositados em armazens especies da estação aduaneira, livres de qualquer imposto federal, estadual ou municipal.

Si por cualquier motivo el ferrocarril no pudiese realizar el transporte immediato, los volúmenes serán depositados en almacenes especiales de la estación aduanera, libres de cualquier impuesto federal, estadual ó municipal.

ARTIGO 28º.

ARTICULO 28º.

Para que prosigam em transitio os volumes de que trata o artigo precedente, serão lavrados os documentos mencionados no artigo vigesimo, e serão os volumes entregues á ferro-via, a qual, sob a sua

Para que prosigan en transitio los volúmenes de que trata el artículo precedente, se labrarán los documentos mencionados en el artículo vigésimo, y se entregarán los volúmenes al ferrocarril, el cual,

responsabilidade os transportará em wagões de carga especiais, fechados e sellados pela alfandega brasileira e pelo agente aduaneiro de Bolivia.

ARTIGO 29º.

ARTICULO 29º.

Chegados esses wagões ao territorio boliviano, verificar-se-á se a carga que levam está de accordo com as guias respectivas, e se expedirá o certificado de entrada, ou torna-guia, anotando-se as observações ou differenças que resultem da verificação.

Llegados esos wagones al territorio boliviano, se verificará si la carga que llevan está de acuerdo con las guias respectivas, y se expedirá el certificado de entrada, ó tornaguia, anotándose las observaciones ó diferencias que resulten de la verificación.

Esses certificados serão vidosados gratuitamente pelo agente aduaneiro do Brasil, ou, na sua falta, pelo agente consular brasileiro, ou pela autoridade administrativa de Bolivia.

Esos certificados serán vidosados gratuitamente pelo agente aduanero del Brasil, ó, en su defecto, por el agente consular brasileiro, ó por la autoridad administrativa de Bolivia.

ARTIGO 30º.

ARTICULO 30º.

Com a apresentação da torna-guia, e conferindo esta com o termo de responsabilidade de que trata o artigo vigesimo primeiro, será cancelada a fiança do expedidor em Santo Antonio ou em Porto Velho do Madeira.

Con la presentación de la tornaguia, y confrontándose ésta con el acta de responsabilidad de que trata el artículo vigésimo primero, será cancelada la fianza del expedidor en Santo Antonio ó en Porto Velho del Madeira.

ARTIGO 31º.

ARTICULO 31º.

As guias de transitio, manifestos, conhecimentos, certificados e mais documentos aduaneiros, tendo por fim acautelar os interesses fiscaes de ambas as Partes Contratantes, serão exigidos no numero indispensavel para esse fim, conforme as leis e regulamentos aduaneiros em cada uma das duas Republicas. Qualquer reforma ou modificação legal dessas disposições será notificada pela Alfandega ou repartição fiscal do paiz que a resolver aos consules ou agentes aduaneiros do outro com a antecedencia necessária, e sem esse requisito não será responsavel o commercio pela falta de cumprimento das novas disposições.

Las guias de transitio, manifestos, conocimientos, certificados y demás documentos aduaneros, teniendo por fin precautelar los intereses fiscaes de ambas Partes Contratantes, serán exigidos en el número indispensable para ese fin, conforme á las leyes y reglamentos aduaneros de cada una de las dos Republicas. Cualquier reforma ó modificación legal de esas disposiciones será notificada por la aduana ó repartición fiscal del país que la resuelva á los consules ó agentes aduaneros del otro con la anticipación necesaria, y sin ese requisito no será responsable el comercio por la falta de cumplimiento de las nuevas disposiciones.



ARTIGO 32°.

As irregularidades cometidas por commerciantes com o fim de illudirem o pagamento exacto dos impostos aduaneiros serão punidas conforme as leis e regulamentos vigentes sobre a materia, sem que haja logar a outras penalidades pecuniarias além das legalmente estabelecidas.

ARTIGO 33°.

Os agentes aduaneiros de Bolivia que existam actualmente e os que para o futuro sejam constituídos junto ás alfandegas brasileiras poderão fazer o calculo e avaliação dos direitos a cobrar, sem outra condição além da de serem devolvidas as guias de transito dentro do prazo que prudencialmente se estabeleça.

ARTIGO 34°.

As bagagens dos passageiros do caminho de ferro Madeira-Mamoré procedentes de Bolivia e que, viajando em transito, embarquem em Santo Antonio para outro paiz, poderão ser trasladadas directamente dos wagões para o vapor sem serem abertas e examinadas na alfandega brasileira.

As mesmas facilidades encontrarão em Santo Antonio as bagagens dos passageiros que alli cheguem e se destinem á Bolivia pelo dito caminho de ferro.

ARTIGO 35°.

Para os artigos bolivianos de exportação bastará a expedição de uma unica guia e um unico conhecimento, no numero de exemplares legal, para cada carregamento de cada exportador, com um unico ou mesmo destino mesmo quando tenha que occupar dois ou mais batelões.

ARTICULO 32°.

Las irregularidades cometidas por los comerciantes con el fin de eludir el pago exacto de los impuestos aduaneros serán castigadas conforme á las leyes y reglamentos vigentes sobre la materia, sin que haya lugar á otras penalidades pecuniarias que las legalmente establecidas.

ARTICULO 33°.

Los agentes aduaneros de Bolivia que existan actualmente y los que se constituyan en adelante junto á las aduanas brasileras podrán hacer el aforo y evaluación de los derechos por cobrar, sin otra condición que la de devolver las guias de tránsito dentro del plazo que prudencialmente se establezca.

ARTICULO 34°.

Los equipajes de los pasajeros del ferrocarril Madera-Mamoré procedentes de Bolivia y que, viajando en tránsito, embarquen en Santo Antonio para otro país, podrán ser trasladados directamente de los wagones al vapor sin ser abiertos y examinados en la aduana brasileras.

Las mismas facilidades encontrarán en Santo Antonio los equipajes de los pasajeros que lleguen allí y se dirijan á Bolivia por dicho ferrocarril.

ARTICULO 35°.

Para los artículos bolivianos de exportación bastará la expedición de una sola guia y de un solo conocimiento, en el número de ejemplares legal, para cada cargamento de cada exportador, con un solo y mismo destino, aun cuando tenga que occupar dos ó más batelones.

ARTIGO 36°.

Quando por qualquer motivo as embarcações que conduzem a mercadoria destinada á Bolivia pelo rio Paraguay não possam chegar ao porto boliviano de Guachalla (lagoa de Cáceres) e seja necessaria a baldeação da carga conduzida em transito, verificar-se-á a baldeação na forma e condições especificadas nos artigos decimo nono, vigesimo e vigesimo primeiro, ficando ao criterio do chefe da alfandega brasileira de Corumbá fazer ou não acompanhar os carregamentos por empregados da sua repartição, conforme cada caso especial, até a alfandega boliviana, sem nenhuma despezas ou remuneração por parte do commerciante.

ARTIGO 37°.

Para garantir os direitos fiscaes do Brasil, exigir-se-á o visto das torna-guias respectivas pelo agente aduaneiro do Brasil junto á alfandega de Puerto Guachalla, o qual deverá assistir ao recebimento da mercadoria.

Na falta do agente aduaneiro do Brasil, as torna-guias, ou certificados de entrada, deverão ter o visto do agente consular brasileiro, ou se tambem não houver esse agente, deverão ter o visto da autoridade administrativa da Bolivia.

ARTIGO 38°.

Os passageiros em transito para a Bolivia que desembarquem ou se detenham em Corumbá não serão obrigados ao pagamento de impostos de saída.

ARTIGO 39°.

O presente Tratado será obrigatorio pelo prazo de dez annos, a contar do dia da troca das ratificações, e depois d'esse

ARTICULO 36°.

Quando por cualquier motivo las embarcaciones que conduzcan la mercadería destinada á Bolivia por el rio Paraguay no puedan llegar al puerto boliviano Guachalla (laguna de Cáceres) y sea necesario el trasbordo de la carga conducida en tránsito, dicho trasbordo se verificará en la forma y condiciones especificadas en los artículos decimo nono, vigesimo y vigesimo primero, quedando al criterio del jefe de la aduana brasileras de Corumbá hacer ó no acompañar los cargamentos por empleados de su repartición, conforme cada caso especial, sin ningún gasto, ni remuneración por parte del comerciante.

ARTICULO 37°.

Para garantizar los derechos fiscaes del Brasil, se exigirá el visto de las tornaguías respectivas por el agente aduano del Brasil junto á la aduana de Puerto Guachalla, quien deberá concurrir á la recepción de la mercadería.

A falta de agente aduano del Brasil, las tornaguías, ó certificados de entrada, deberán tener el visto del agente consular brasileros, ó si tambem no existiera dicho agente, deberá tener el visto de la autoridad administrativa de Bolivia.

ARTICULO 38°.

Los pasajeros en tránsito para Bolivia que desembarquen ó se detengan en Corumbá no serán obligados al pago de los impuestos de salida.

ARTICULO 39°.

El presente Tratado será obligatorio por el plazo de diez años, á contar del día del canje de las ratificaciones, y

prazo continuará em vigor até que uma das Altas Partes Contractantes o denuncie ou notifique o desejo de o modificar.

Quando se trate de modificações, o artigo ou os artigos a que se refira a notificação continuarão em vigor até ao dia em que principiarem a ter execução as novas clausulas estipuladas; e quando uma das Partes denuncie o presente Tratado em geral, cessará elle em todos os seus effeitos aos doze mezes contados do dia em que a outra Parte receba a notificação.

Fica, entretanto, expressamente declarado que tal denuncia não poderá entender com o principio da mais ampla liberdade de transito fluvial e terrestre que ambas as Altas Partes Contractantes se reconheceram perpetuamente pelo artigo quinto do Tratado de 17 de Novembro de 1903.

#### ARTIGO 40°.

Mediante a necessaria autorização do Poder Legislativo em cada uma das duas Republicas, será este Tratado ratificado e as ratificações serão trocadas na cidade do Rio de Janeiro ou na de La Paz no mais breve prazo possivel.

Em fé do que, nós, os Plenipotenciarios acima nomeados, assignamos e sellamos com os nossos sellos o presente Tratado, em dois exemplares, cada um nas linguas portugueza e castelhana.

Feito na cidade do Rio de Janeiro, aos doze dias do mez de Agosto do anno de mil novecentos e dez.

(L. S.) RIO-BRANCO.

(L. S.) LEOPOLDO DE BULHÕES.

(L. S.) CLAUDIO PINILLA.

(L. S.) CLAUDIO PINILLA.

(L. S.) RIO-BRANCO.

(L. S.) LEOPOLDO DE BULHÕES.

E tendo sido o mesmo Tratado, cujo teor fica acima transcrito, approvado pelo Congresso Nacional, o confirmo

pués de esse prazo, continuará en vigor, hasta que una de las Altas Partes Contratantes lo denuncie, ó notifique el deseo de modificarlo.

Quando se trate de modificaciones, el artículo ó artículos á que se refiera la notificación continuarán en vigor hasta el dia en que principiaren á tener ejecución las nuevas clausulas estipuladas; y cuando una de las Partes denuncie el presente Tratado en general, cesará él en todo sus efectos á los doce meses contados desde el dia en que la otra Parte reciba la notificación.

Queda, entretanto, expresamente declarado que tal denuncia no podrá afectar el principio de la más amplia libertad de transito fluvial y terrestre, que ambas Altas Partes Contractantes se reconocieron á perpetuidad por el artículo quinto del Tratado de 17 de Noviembre 1903.

#### ARTICULO 40°.

Mediante la necesaria autorización del Poder Legislativo en cada una de las dos Republicas, será este Tratado ratificado y las ratificaciones serán canjeadas en la ciudad de La Paz ó en la de Rio de Janeiro en el más breve plazo posible.

En fé de lo cual, nosotros los Plenipotenciarios arriba nombrados, firmamos y sellamos con nuestros sellos el presente Tratado, en dos ejemplares, cada uno en los idiomas castellano y portugués.

Hecho en la ciudad de Rio de Janeiro, á los doce días del mes de Agosto del año mil novecientos y diez.

da  
su  
rio  
Ca  
aos  
cia  
da  
por  
cons  
ser  
bro  
port  
no d  
ment  
desc  
que  
de c  
que c  
seja  
A  
contr  
assign  
ber es  
orden  
P  
ou filh  
aquell



**OFFICIAL**

e ratifico e, pela presente, o dou por firme e valioso para produzir os seus devidos effeitos, promettendo que elle será cumprido inviolavelmente.

Em firmeza do que, mandei passar esta Carta que assigno e é sellada com o sello das Armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos quinze dias do mez de Fevereiro de 1911, 90<sup>o</sup> da Independencia e 23<sup>o</sup> da Republica.

(L. S.)

**HERMES R. DA FONSECA.**

**RIO-BRANCO.**